

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

CÍNTIA RAQUEL PEÑA

**ANÁLISE EMPÍRICA DE FATORES QUE INFLUENCIAM A EDUCAÇÃO
FINANCEIRA NOS ESTADOS BRASILEIROS**

Porto Alegre
2024

CÍNTIA RAQUEL PEÑA

**ANÁLISE EMPÍRICA DE FATORES QUE INFLUENCIAM A EDUCAÇÃO
FINANCEIRA NOS ESTADOS BRASILEIROS**

Trabalho de conclusão do curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharela em Administração.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Fernanda Maria Müller

Porto Alegre
2024

CÍNTIA RAQUEL PEÑA

**ANÁLISE EMPÍRICA DE FATORES QUE INFLUENCIAM A EDUCAÇÃO
FINANCEIRA NOS ESTADOS BRASILEIROS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharela em Administração.

Aprovada em _____ de _____ de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Fernanda Maria Müller – UFRGS

Orientadora

Prof. Dr. Henrique Pinto Ramos – UFRGS

RESUMO

A educação financeira exerce papel crucial na promoção da estabilidade econômica em um país, assim como no bem-estar de cada pessoa. O presente estudo tem o intuito de investigar fatores que explicam a educação financeira dos diferentes estados brasileiros. Para responder o objetivo de pesquisa, utilizou-se testes de hipótese e o modelo de regressão linear. Verificou-se que existe diferença significativa entre a educação financeira das regiões Norte e Nordeste e as demais regiões brasileiras, sendo os maiores valores identificados para as regiões Sul e Sudeste. Por meio do modelo de regressão verificou-se que a disponibilidade de recursos financeiros, o percentual de concluintes de nível superior educacional, a inclusão financeira, as despesas empenhadas pelo governo em prol da população de cada estado e a quantidade de alunos matriculados no ensino fundamental são variáveis que têm poder explicativo da educação financeira dos estados brasileiros.

Palavras-chave: educação financeira; estados brasileiros; indicadores socioeconômicos; diversidade econômica.

ABSTRACT

Financial education plays a crucial role in promoting economic stability in a country, as well as in the well-being of each person. The present study investigates factors that explain financial education in different Brazilian states. Hypothesis tests and the linear regression model were used to answer the research objective. It was found that there is a significant difference between financial education in the North and Northeast regions and the other Brazilian regions, with the highest values identified for the South and Southeast regions. Using the regression model, it was found that the availability of financial resources, the percentage of higher education graduates, financial inclusion, expenditure committed by the government in favor of the population of each state, and the number of students enrolled in primary education are variables that have explanatory power for financial education in Brazilian states.

Keywords: financial education; Brazilian states; socioeconomic indicators; economic diversity.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Dados utilizados	19
Quadro 2- Cronograma do Trabalho de Conclusão.....	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estatísticas descritivas dos índices de Educação Financeira de 2017 e 2020	22
Tabela 2- Valores médios de Educação Financeira por regiões demográficas	23
Tabela 3 - P-valores do teste Dunn para os valores de educação financeira das diferentes regiões demográficas do Brasil para o ano de 2017	24
Tabela 4 - P-valores do teste Dunn para os valores de educação financeira das diferentes regiões demográficas do Brasil para o ano de 2020	25
Tabela 5 - Resultados do modelo de regressão linear para a variável resposta educação financeira de 2017	26
Tabela 6 - Resultados do modelo de regressão linear para a variável resposta educação financeira de 2020	26

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 OBJETIVOS.....	11
1.1.1 Objetivo Geral	11
1.1.2 Objetivos Específicos.....	11
1.2 JUSTIFICATIVA.....	11
2 REVISÃO TEÓRICA	13
2.1 FINANÇAS COMPORTAMENTAIS	13
2.2 NOÇÕES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA	14
2.3 DOS INDICADORES FINANCEIROS	15
2.4 RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA	16
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
4 RESULTADOS.....	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS	29

1. INTRODUÇÃO

A Educação Financeira trata de uma área da administração financeira em que o estudo da relação entre o conhecimento acerca do dinheiro e de como utilizá-lo se mescla com as reais condições de tomar boas decisões na vida financeira, construindo assim, um planejamento adequado para que se construam bases sólidas financeiramente. Vieira *et al.* (2011) apontam que por meio da educação financeira as pessoas podem desenvolver habilidades que tornem sua tomada de decisões mais eficaz, assim tornando a administração de seus recursos algo mais fácil e correto.

Os estudos de educação financeira são melhor explicados por uma abordagem voltada à teoria comportamental, uma vez que tratam da descrição das ações dos indivíduos e da descrição e explicação de decisões, conforme explicado em Nunes (2008). A partir disso, uma das definições diz que a educação financeira nada mais é do que o processo no qual os agentes buscam maior discernimento acerca de oportunidades e riscos financeiros, buscando melhores decisões do que farão com seu dinheiro e onde poderão encontrar auxílio se porventura necessitarem (OCDE, 2005). Essa definição reforça a ideia de que a educação financeira enquanto assunto de estudo se baseia na teoria comportamental da administração, conforme descrito anteriormente.

Há necessidade constante em estabelecer parâmetros que facilitem a visualização de quais pontos precisam ser aprimorados para que possamos construir uma sociedade com maiores condições de lidar com o dinheiro e isso só é possível a partir da educação financeira. Sob a óptica da educação financeira estende-se o olhar para as diretrizes que regem os índices de educação financeira no Brasil. De acordo com Braunstein e Welch (2002), os consumidores acabam por criar uma demanda em produtos melhores financeiramente quando adquirem consciência do que devem adquirir de acordo com suas necessidades.

No Brasil, há um índice consolidado de educação financeira, que foi proposto pelo BCB (2021). Esse índice é obtido a partir de uma composição de quatro indicadores pré-determinados: Inadimplência da carteira de crédito – Total – %; Depósitos per capita; % da população adulta que contribui para o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social); e Indicador de endividamento (excetuando o financiamento imobiliário). O indicador é divulgado a cada três anos e faz parte de um projeto do Banco Central do Brasil chamado Relatório de

Cidadania Financeira que busca identificar progressos e lacunas da cidadania financeira no Brasil.

De acordo com a OCDE (2015) o Brasil teve o pior desempenho em alfabetização financeira entre todos os países componentes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. O resultado foi de que apenas 3% dos estudantes brasileiros com 15 anos demonstraram nível máximo em conhecimentos básicos de educação financeira. Outros países, como a Alemanha que foi líder nesse quesito, apresentaram resultado próximo a 12%.

Algumas tentativas de estudos são realizadas com o intuito de tentar compreender o que explica a educação financeira. O estudo de Vieira *et al.* (2011) aponta que o atraso na educação financeira pode ser consequência do histórico-cultural e econômico do país. Por sua vez, Leal *et al.* (2020) propõe que o nível de educação financeira seja avaliado de três maneiras: média da percepção dos estudantes, média real e a média geral, buscando encontrar um padrão de educação financeira em um grupo de estudantes de nível superior.

E ainda, com foco em estudantes, jovens de ensino médio, o estudo de Gorla *et al.* (2016) busca correlacionar o grau de educação financeira com a construção de uma comunicação diária entre jovens e pais sobre o tema, familiarizando-os a longo prazo com o tema. Esses são alguns exemplos de estudos que elucidam sobre o assunto. No entanto, apesar das tentativas de explicar a educação financeira, ainda há poucos estudos aprofundados sobre no Brasil. As pesquisas realizadas até o momento se concentram em amostras específicas, tais como BCB (2021). Ao detalhar o índice de inclusão financeira e o índice de educação financeira que compõem o índice de cidadania financeira, o BCB (2021) evidenciou como é dada sua evolução ou, ainda como, o estudo de Donadio (2014) que revelou que certos aspectos do ambiente social, como a educação do pai e a quantidade de matérias relacionadas a finanças cursadas, estão associados de maneira positiva ao conhecimento financeiro dos estudantes universitários.

Complementarmente, a análise dos dados do estudo de Xavier *et al.* (2021) revelou que fatores como gênero e renda não desempenham um papel importante na educação financeira do estudante investigado. No entanto, a escolaridade dos pais se mostrou como um fator significativo que influencia essa educação financeira. Seguindo a mesma tendência ainda, o estudo de Novoa (2021) descobriu que a maioria dos alunos aprendeu sobre finanças através das suas vivências pessoais, enquanto somente 29,5% optaram por se educar em cursos

dedicados ao tema. O que se percebe em comum entre os estudos citados, é que a coleta de dados foi realizada por meio de questionários, limitando-se a regiões específicas. Sendo assim, não se observa no Brasil, estudos que visem explicar o que influencia a educação financeira usando dados oficiais, como do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Banco Central, entre outros. Portanto, busca-se responder: **quais são os fatores que explicam a educação financeira dos estados brasileiros?**

1.1 OBJETIVOS

Os objetivos desta pesquisa se desdobram em objetivo geral, que engloba todo o escopo do estudo, e em objetivos específicos, que são as metas estabelecidas para direcionar o caminho até o alcance do objetivo geral.

1.1.1 Objetivo Geral

Identificar os fatores que explicam os níveis de educação financeira dos estados brasileiros.

1.1.2 Objetivos Específicos

1. Realizar uma análise descritiva da educação financeira dos estados brasileiros e dos programas implementados com a finalidade de melhor compreender a educação financeira.
2. Avaliar se existe diferença significativa entre os níveis de educação financeira das distintas regiões geográficas do Brasil.
3. Elucidar os determinantes que impactam a proficiência em educação financeira nos diversos estados brasileiros.

1.2 JUSTIFICATIVA

No Brasil, a educação financeira é um tema de extrema relevância, uma vez que o desenvolvimento desse conhecimento acarreta diversos benefícios financeiros que se refletem na sociedade e na evolução econômica (Oliveira *et al.*, 2020). A partir disso, a compreensão

das atuais condições de cada estado frente à educação financeira é imprescindível para que seja possível, ainda mais, promover uma conscientização direcionada às reais e particulares necessidades de cada região. Muito embora haja inúmeros estudos relativos à educação financeira (Vieira *et al.*, 2011; Leal *et al.*, 2020) há uma lacuna a ser preenchida acerca de quais pontos são responsáveis pela diferenciação dos índices entre os diferentes estados, dificultando assim, o olhar para questões distintas de cada região.

Contudo, somente o conhecimento descritivo sobre os dados não nos permite fazer inferências conclusivas acerca do tema. É necessário adotar uma abordagem que considere o PIB (Produto Interno Bruto), a diversidade do capital humano e a disponibilização de aprendizagem, como propõe Takii e Tanaka (2009). A partir da pesquisa desses e de outros parâmetros como o acesso ao ensino superior, a existência de programas governamentais voltados para a educação financeira, o índice de inclusão financeira, a participação na sociedade civil e o acesso às instituições financeiras, se torna possível testar quais variáveis são mais relevantes para explicar a educação financeira dos estados brasileiros nos anos de 2017 e 2020. A partir da análise dos dados e da construção de uma explicação mais detalhada da temática espera-se que este projeto agregue positivamente para a comunidade acadêmica e prolifere a ideia e a necessidade de investigações mais profundas sobre o tema, bem como contribua, guardadas as devidas pretensões, para o avanço da educação financeira no Brasil.

2 REVISÃO TEÓRICA

A presente revisão teórica fornecerá uma breve compilação de conceitos relevantes que serão abordados ao longo desta pesquisa. Serão abordados conceitos abrangentes relacionados à literatura base, a educação financeira e sua relevância, a análise crítica das especificidades desse conhecimento, além da importância da existência de investimentos para impulsionar o crescimento e a disseminação da educação financeira.

2.1 FINANÇAS COMPORTAMENTAIS

Existem três categorias distintas quando tratamos da literatura de finanças conforme apontado por Macedo Junior (2003), é viável classificar as teorias financeiras em três categorias amplas. A primeira categoria corresponde à teoria financeira tradicional, frequentemente denominada de finanças clássicas. A segunda se relaciona à teoria financeira moderna e, por último, temos as finanças comportamentais ou *behavioral finance*. Ainda sobre a teoria de finanças comportamentais, é fundamental destacar que o surgimento dessa teoria ocorreu apenas em 1979, a partir das conclusões obtidas no estudo de Kahneman e Tversky (1979).

Em complemento Harzer *et al.* (2017) observaram que os seres humanos demonstram uma inclinação a evitar riscos quando se trata de situações de ganho, mas se mostram mais propensos a assumir riscos em situações de perda. Essa constatação emergiu porque, quando se deparam com a perspectiva de ganhar algo, as pessoas tendem a escolher a opção que garanta um ganho certo, mesmo que esse ganho seja menor.

No entanto, quando confrontadas com uma possível perda, as pessoas geralmente optam por uma alternativa que resultaria em uma perda mais provável, mas de maior valor, em vez de aceitar uma perda certa de menor valor. Esse comportamento, de assumir riscos em situações de perda, deu origem ao conceito de aversão à perda.

Como destaca, Araújo e Calife (2014) ao elucidar que até o final dos anos 1990, o tópico da educação financeira estava principalmente centrado apenas em orientações de especialistas do mercado financeiro, que forneciam conselhos sobre como conservar ou aumentar o dinheiro por meio da compra de títulos bancários, títulos do governo ou ações de empresas. Além de apontar que esses conselhos eram direcionados principalmente para

aqueles que já tinham recursos disponíveis para investir em produtos financeiros por um período de tempo e ainda que o foco nunca estava realmente em ensinar como criar um plano que resultasse em economia ou poupança.

E ainda reitera Kuroda (2008), durante os anos 80, o Brasil enfrentava uma crise econômica marcada por inflação alta, aumento da dívida pública interna e externa, declínio nos investimentos e redução do Produto Interno Bruto (PIB). Essa situação persistiu até 1994, quando o Plano Real foi implementado, marcando o fim dessa crise. Foi nessa mesma década que as finanças pessoais começaram a se disseminar como uma disciplina e um campo de ensino. A partir desses estudos temos a construção de uma base para um assunto que ainda tem muito a ser explorado.

2.2 NOÇÕES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira abrange um conjunto sinérgico de saberes, competências e posturas almejando a aprimorada apreensão e administração das finanças individuais, facultando uma deliberação perspicaz e responsável dos recursos financeiros, de acordo com Oliveira *et al.* (2020). Já o OCDE (2005) traz como conceito de educação financeira o processo pelo qual investidores e consumidores aprimoram seu entendimento sobre produtos financeiros, compreendendo conceitos, riscos e benefícios. Por meio de informações e instrução, desenvolvendo assim habilidades para tomar decisões mais acertadas, o que leva a um maior bem-estar econômico.

Adicionalmente, para Vieira *et al.* (2011), a educação financeira engloba a aplicação de metodologias para conceber um planejamento financeiro estratégico, aprofundar o entendimento de conceitos econômicos e de investimentos, bem como fomentar uma postura de consumo mais consciente. Essas capacitações facultam às pessoas tomar decisões embasadas, permitindo o alcance sustentável de seus objetivos financeiros. Tais habilidades não apenas promovem a inclusão social, mas também impulsionam um mercado mais dinâmico e competitivo. Nos últimos tempos, avanços tecnológicos, mudanças nas regulamentações e flutuações econômicas tornaram os serviços financeiros cada vez mais complexos.

Por fim, de acordo com Bassil (2018), considera-se que a educação financeira é uma premissa primordial, uma vez que desempenha um papel essencial em fomentar uma cultura de

poupança e no estabelecimento das bases para uma inclusão financeira mais abrangente das camadas sociais menos favorecidas. Ademais, ela favorece uma alocação mais eficiente e abrangente dos serviços financeiros formais, o que resulta em benefícios tanto para os indivíduos como para as instituições financeiras e a economia em sua totalidade. Nesse contexto, possibilita-se que as pessoas façam escolhas mais acertadas no que tange às suas finanças e, em um cenário ideal, alcancem um aprimoramento de seu padrão de vida. Deste modo, a educação financeira é percebida como um instrumento essencial para fomentar a estabilidade e o crescimento econômico tanto dos indivíduos, das corporações como, por extensão, do país como um todo.

2.3 DOS INDICADORES FINANCEIROS

De acordo com Vieira *et al.* (2019) até 2015 não existiam muitos esforços para obtenção de dados acerca da educação e alfabetização financeira, o que mudou a partir da identificação de tal carência. A partir da identificação desta lacuna começaram a surgir pesquisas em âmbito internacional que buscassem preenchê-la. Posteriormente, tais pesquisas serviram como ferramentas comparativas entre níveis de educação financeira entre diferentes países, em especial relativo a jovens com idades inferiores a 18 anos. Segundo a OCDE (2015), era até então uma grave lacuna, tendo em vista que em breve estes seriam adultos postos a desafios financeiros complexos. Resultando assim, no desenvolvimento de políticas voltadas a aprimorar a educação financeira entre jovens.

Ainda, de acordo com a OCDE (2015) em 2012 foi feito o primeiro estudo internacionalmente relevante com o propósito de avaliar a alfabetização financeira do principal grupo focal, os jovens. Esse estudo foi um passo fundamental para a construção de parâmetros para a discussão acerca da educação financeira e para o desenvolvimento de instrumentos que a tornem possível.

Contudo, nota-se que tais estudos referem-se apenas a jovens e são bastante recentes, porém ao pensarmos em um âmbito de pessoas em diversas idades temos uma lacuna ainda pouco explorada. Para esta temos presente nos relatórios de estabilidade financeira anuais divulgados pelo BCB (2002) que trazem fatores diretamente relacionados à deficiência de educação financeira como a inadimplência, porém não abordam a educação financeira efetivamente. Por sua vez, Freitas (2019) sugere que além de considerar os conceitos padrão

considere-se ainda dentro da composição do índice para além dos endividados, considerando também o percentual de endividados que não terão condições de arcar com as dívidas assumidas.

O BCB começou a abordar educação financeira somente em 2003 e de forma bastante preliminar, conforme citado em BCB (2018). A abordagem acerca da educação financeira era uma abordagem apenas cognitiva, desconsiderando tanto conceitos amplamente aceitos sobre educação financeira quanto desconsiderando mudanças comportamentais e critérios referentes a atitudes frente a serviços e informações financeiras. Antes de 2003, o que havia era um programa de Comunicação Educativa, que começou em 1998 e tinha como proposta expor conceitos básicos como o papel do banco central.

Por sua vez, o BCB (2021), traz um ranking de educação financeira, mostrando a evolução da mesma nos estados brasileiros em 2017 e 2020. O Distrito Federal permaneceu em primeiro lugar no ranking tanto em 2017 como, em 2020, assim como São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro que mantiveram suas posições como respectivamente ordenados, bem como os estados da Região Norte compuseram em ambas as medições os piores índices médios de educação financeira. Contudo, apesar de existirem quantificações o próprio estudo que traz os índices expõe suas diversas lacunas e limitações, uma vez que baseia sua quantificação nos seguintes critérios: inadimplência da carteira de crédito, depósitos per capita, % da população adulta que contribui para o INSS, indicador de endividamento e desconsidera participação e proteção financeira.

Além, ainda, de considerar critérios como a participação da população adulta no INSS o que é obrigatório ao contribuinte conforme Brasil (1943), art. 13 da CLT (Consolidação das leis do trabalho): “A Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que em caráter temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada.”. Evidenciando, portanto, uma lacuna tanto na constituição do índice nos estados brasileiros atualmente, como ainda, o quanto faltam trabalhos e embasamento teórico prévio acerca do tema e da preocupação com tal questão. Ainda valendo-se do índice estabelecido pelo BCB (2021) nota-se diferenças entre os estados.

2.4 RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A falta de entendimento dessas questões por parte da população tem impactado negativamente as decisões financeiras diárias de indivíduos e famílias, segundo Savoia *et al.* (2007). Em outras palavras, a evolução do cenário financeiro, juntamente com a falta de conhecimento sobre as questões envolvidas, cria um ambiente desafiador para as pessoas gerenciarem suas finanças pessoais de forma eficiente. A falta de compreensão pode levar a escolhas inadequadas ou mal-informadas, resultando em consequências financeiras indesejáveis para os indivíduos e suas famílias, segundo Oliveira *et al.* (2020).

É essencial promover a educação financeira para capacitar as pessoas a lidarem melhor com essas complexidades e tomar decisões mais acertadas em suas vidas financeiras. Nos últimos tempos, avanços tecnológicos, alterações regulatórias e oscilações econômicas têm conferido maior complexidade aos serviços financeiros.

Ainda, segundo Bassil (2018) a educação Financeira é uma prioridade crucial, pois promove a cultura de poupança e facilita a inclusão financeira das pessoas de baixa renda. Ao capacitar os indivíduos com conhecimentos sobre finanças pessoais, a educação financeira leva a decisões mais informadas, evitando dívidas excessivas e impulsionando investimentos inteligentes. Isso beneficia tanto as pessoas quanto às instituições financeiras, resultando em uma economia mais estável e resiliente. Portanto, investir em programas de Educação Financeira traz vantagens individuais e coletivas. Contudo, a carência de compreensão por parte da população tem acarretado impactos negativos nas decisões financeiras cotidianas de indivíduos e famílias, resultando em resultados aquém das expectativas Savoia *et al.* (2007).

Em outras palavras, a evolução do cenário financeiro, aliada à falta de conhecimento sobre tais questões, estabelece um ambiente desafiador para a eficiente gestão das finanças pessoais. A escassez de entendimento pode conduzir a escolhas inadequadas ou mal fundamentadas, acarretando consequências financeiras indesejáveis para os indivíduos e seus núcleos familiares Oliveira *et al.* (2020). Dessa forma, é imprescindível fomentar a educação financeira para empoderar as pessoas a enfrentar essas complexidades e tomar decisões mais embasadas em suas vidas financeiras.

Ainda, para Coates (2009), quando os cidadãos apresentam maior conhecimento embasado para efetuar decisões econômicas e financeiras, tal ocorrência se consolida como um elemento positivo para a estabilidade econômica. Essa estabilidade, por sua vez, se constrói como um fator preponderante na criação de um contexto propício ao avanço socioeconômico de um país.

Como enfatiza Lusardi (2008), a educação financeira influencia significativamente nas escolhas financeiras, e a ignorância em relação a conceitos financeiros básicos pode estar correlacionada com a ausência de um planejamento adequado, a exclusão do mercado acionário e a adoção de comportamentos inadequados no que tange ao endividamento, partindo deste ponto a análise crítica só pode se dar a partir da consideração das especificidades conforme elucidado por Oliveira *et al.* (2020).

Ainda, segundo OCDE (2005) o investimento em educação financeira tem obtido proeminência no cenário internacional como um elemento propício à mitigação da exclusão social e ao aprimoramento do sistema financeiro. Adicionalmente, foi constatado que a lacuna de conhecimento acerca dos elementos e conceitos financeiros básicos entre as pessoas resulta em tomadas de decisões inadequadas relacionadas a poupanças, dívidas e investimentos, o que pode acarretar prejuízos ao bem-estar familiar no presente e no futuro. Tal modalidade educacional oferece significativos benefícios tanto para os indivíduos como para a economia em sua totalidade, uma vez que promove o desenvolvimento das competências necessárias para avaliar os riscos e analisar os potenciais ganhos de uma transação financeira; resumidamente, favorece a habilidade de equilibrar os elementos monetários envolvidos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para testarmos a educação financeira serão utilizados os dados de cada estado demonstrados no Quadro 1. O conjunto de dados foi obtido nos Relatórios de Cidadania Financeira do Banco Central do Brasil e no IBGE. Destaca-se que nem todas as variáveis correspondem aos mesmos anos da educação financeira, em virtude da indisponibilidade de dados. Desse modo, coletou-se as informações disponíveis com datas mais próximas. A escolha pelos anos de 2017 e 2020, para a educação financeira, se deu por serem os períodos mais recentes disponíveis.

Quadro 1- Dados utilizados

Dados	Anos
Endividamento	2015
Despesas Empenhadas em R\$ (×1000)	2017
Receitas Realizadas em R\$ (×1000)	2017
Índice de Educação Financeira	2017 e 2020
Índice de Inclusão Financeira	2017 e 2020
Rendimento Mensal Domiciliar per Capita em R\$	2017, 2020 e 2022
Média de Anos de Escolaridade	2019
Extrema Pobreza	2020
População com Nível Superior Completo	2020
IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)	2021
Número de Matrículas no Ensino Fundamental	2021
Área Territorial em km ²	2022
Densidade Demográfica em Habitantes/km ²	2022
Número Total de Veículos	2022
População Residente	2022
Taxa de Alfabetização	2022

Fonte: produzido pela autora (2024)

Os dados acima foram organizados e, por conseguinte, realizada a análise descritiva, que correspondem à média, à mediana, ao desvio padrão, à curtose, à assimetria, ao mínimo e ao máximo. Com o intuito de avaliar se existe diferença significativa entre as diferentes regiões

geográficas do Brasil, aplicou-se o teste Kruskal-Wallis. O teste de Kruskal-Wallis, segundo Castro e Souza (2012), consiste em ser uma ferramenta estatística voltada a descobrir se há diferenças significativas entre as medianas de três ou mais grupos distintos e, portanto, é adequado para responder à questão acima. Esse teste funciona mesmo nos casos em que os dados não seguem a distribuição normal ou ainda quando as variações entre os grupos não são iguais, situações essas em que, métodos tradicionais como a análise de variância (ANOVA), acabam por não ser apropriados. Por esse motivo, a utilização desse teste foi imprescindível neste estudo que se propôs a comparar várias amostras sem uma padronização inicial. Contudo, o teste de Kruskal-Wallis se limita a identificar se há diferença entre os grupos avaliados, porém não sinaliza em qual grupo essa diferença existe.

Assim sendo, foi necessária a aplicação de um teste *post-hoc*, neste caso o teste que melhor se enquadrou foi o teste de Dunn. O teste de Dunn é especialmente útil quando as medianas de três ou mais grupos são diferentes, ajudando a identificar quais medianas têm diferenças significativas. Geralmente é escolhido quando há a necessidade de comparar um pequeno número de grupos entre si, conforme explicado por Arruda (2018).

A partir disso, foi realizada uma análise de regressão para verificar quais variáveis estão mais associadas à educação financeira dos estados brasileiros. Para identificar quais variáveis explicam e influenciam a educação financeira foi necessário fazer, portanto, uma regressão linear dos dados obtidos e analisar o p-valor calculado de cada uma delas. A equação do modelo de regressão linear é representada pela seguinte equação:

$$y_i = \beta_0 + \beta_1 X_{i1} + \beta_2 X_{i2} + \dots + \beta_\rho X_{i\rho} + \varepsilon_i$$

Onde:

y_i é o valor da variável resposta na *i*-ésima observação, no nosso caso correspondente as variáveis que representa educação financeira.

$\beta_0, \dots, \beta_\rho$ são parâmetros do modelo de regressão, sendo β_0 o valor da constante.

$X_{i1}, \dots, X_{i\rho}$ são os valores das variáveis preditoras na *i*-ésima observação.

ε_i é um termo de erro.

ε_i e ε_j são não correlacionados (independentes) para $i \neq j$ ($\sigma^2(\varepsilon_i, \varepsilon_j) = 0$).

Para investigar quais variáveis têm poder explicativo, foram incluídas no modelo, uma por vez, a variável com maior correlação com a variável resposta. As variáveis que apresentaram p-valor inferior a 10% foram mantidas no modelo. Realizou-se o teste VIF (Fator de Inflação da Variância) para analisar multicolinearidade, a análise de resíduos foi omitida.

4 RESULTADOS

Em um primeiro momento, foram analisados os índices de educação financeira referentes a 2017 e 2020 e calculadas as estatísticas descritivas gerais deles, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Estatísticas descritivas dos índices de Educação Financeira de 2017 e 2020

Estatísticas descritivas	Índice de Educação Financeira (2017)	Índice de Educação Financeira (2020)
Média	34,693	34,974
Mediana	28,900	29,300
Desvio padrão	13,942	15,266
Curtose	0,853	0,836
Assimetria	1,061	1,093
Mínimo	15,400	15,100
Máximo	73,300	74,000

Fonte: produzido pela autora (2024)

Os dados obtidos acerca do Índice de Educação Financeira para os anos de 2017 e 2020 mostram consistência nas medidas centrais indicando que muito embora haja diferenças entre os anos, essas são pouco significativas. Além disso, os melhores índices de educação financeira de 2017 e 2020, respectivamente, obtidos no Distrito Federal (73,3 e 74,0) e em São Paulo (61,5 e 70,5) são explicados também pelos melhores índices em variáveis relevantes ao estudo como: a parcela populacional com ensino superior completo, a taxa de endividamento, o índice de inclusão financeira e o rendimento mensal per capita, liderando em ambos os anos observados, 2017 e 2020, o mesmo ocorre com relação aos estados que apresentam valores mínimos de educação financeira. Os estados do Amapá (18,4 e 15,1) e do Maranhão (15,4 e 15,4), em comparação aos melhores índices apresentam menos da metade em quesitos como parcela populacional com ensino superior, rendimento mensal per capita e inclusão financeira e, por conseguinte, em educação financeira. Conforme apontado por Bento *et al.* (2013) e Rodrigues *et al.* (2017) as regiões Norte e Nordeste, em particular o estado do Amapá pertencente a região Norte e o estado do Maranhão pertencente a região Nordeste, possuem

alta evasão escolar, baixa aderência relativa ao ensino fundamental associado a alta parcela populacional em condições de extrema pobreza.

Com o intuito de avaliar se a educação financeira aumentou de 2020 em relação a 2017, aplicou-se o teste Wilcoxon. O teste de Wilcoxon consiste em um teste de hipóteses não-paramétricas comumente utilizado para comparar duas amostras que estejam previamente relacionadas com o intuito de avaliar se os postos médios dos mesmos são similares ou são divergentes. A partir do teste de Wilcoxon foi possível observar que não houve alterações significativas de 2017 para 2020, pois o p-valor resultante foi de 51,38%, portanto, superior a 10%, não rejeitando, assim, a hipótese nula. Desse modo, não podemos afirmar que a educação financeira de 2020 é significativamente maior do que a de 2017.

Em um segundo momento, com o intuito de compreender melhor as regiões do Brasil e foram calculados os valores médios de educação financeira por região demográfica, conforme ilustrado na Tabela 2.

Tabela 2- Valores médios de Educação Financeira por regiões demográficas

Regiões	Índice de Educação Financeira (2017)	Índice de Educação Financeira (2020)
Centro-Oeste	46,275	47,825
Nordeste	26,211	25,466
Norte	23,914	23,542
Sudeste	50,125	51,375
Sul	49,266	51,166

Fonte: produzido pela autora (2024)

A Tabela 2 mostra que as regiões Norte e Nordeste apresentam valores médios do índice de educação financeira, em 2017 e 2020, inferiores em relação às outras regiões brasileiras, enquanto as regiões Sul e Sudeste apresentam valores médios superiores e que representam praticamente o dobro dos valores das regiões Norte e Nordeste. Como elucidado por Rodrigues *et al.* (2017). As variáveis de estudo como: as receitas realizadas, as despesas empenhadas, o rendimento mensal domiciliar per capita, a população com nível superior completo, o índice de inclusão financeira dos anos de 2017 e 2020 e o índice de endividamento, estão diretamente relacionadas a educação financeira.

Após foi utilizado o teste de Kruskal-Wallis, a fim de avaliar a existência de diferenças nos índices em cada ano, em relação aos estados. O teste de Kruskal-Wallis, ou ainda a análise de variância de um fator em postos, consiste em um método também não paramétrico com o intuito de testar se as amostras obtidas se originam da mesma distribuição. Ele é normalmente utilizado para comparar duas ou mais amostras independentes de tamanhos iguais ou diferentes. O p-valor obtido foi menor do que 10%, assim podemos dizer que existe sim diferença na distribuição da educação financeira entre as regiões do país. No entanto, o teste ainda não nos permite saber em quais regiões há diferença significativa. Para isso, foi necessário aplicar o teste de Dunn, que é um procedimento também não paramétrico frequentemente usado como teste *post-hoc* após o teste de Kruskal-Wallis. O p-valor do teste Dunn para os anos 2017 e 2020 estão, respectivamente, na Tabela 3 e 4.

Tabela 3 - P-valores do teste Dunn para os valores de educação financeira das diferentes regiões demográficas do Brasil para o ano de 2017

Região	P-valor
Centro-Oeste - Nordeste	0,144
Centro-Oeste - Norte	0,033
Nordeste - Norte	1,000
Centro-Oeste - Sudeste	1,000
Nordeste - Sudeste	0,033
Norte - Sudeste	0,006
Centro-Oeste - Sul	1,000
Nordeste - Sul	0,053
Norte - Sul	0,012
Sudeste - Sul	1,000

Fonte: produzido pela autora (2024)

A partir do comparativo da Tabela 3 é notável que as Regiões Norte e Nordeste apresentam diferenças significativas na distribuição da educação financeira em 2017 em comparação às demais regiões brasileiras, indicando, portanto, que há diferença nos níveis de educação financeira entre as regiões destacadas.

Tabela 4 - P-valores do teste Dunn para os valores de educação financeira das diferentes regiões demográficas do Brasil para o ano de 2020

Região	P-valor
Centro-Oeste - Nordeste	0,110
Centro-Oeste - Norte	0,049
Nordeste - Norte	1,000
Centro-Oeste - Sudeste	1,000
Nordeste - Sudeste	0,028
Norte - Sudeste	0,012
Centro-Oeste - Sul	1,000
Nordeste - Sul	0,033
Norte - Sul	0,015
Sudeste - Sul	1,000

Fonte: produzido pela autora (2024)

Fica evidente através do comparativo da Tabela 4 que as Regiões Norte e Nordeste apresentam diferença significativa na distribuição da educação financeira em 2020 em comparação às demais regiões brasileiras, indicando, portanto, que há diferença nos níveis de educação financeira entre as regiões destacadas. Conforme Bento *et al.* (2013), a porcentagem de matrículas no ensino fundamental e o número de concluintes do ensino superior de que cada região, são fatores que evidenciam a defasagem educacional do início ao fim do ciclo educacional o que pode representar uma justificativa interessante para os valores de educação financeira nessas regiões.

A partir dos resultados obtidos surgiram alguns questionamentos: Qual a possível justificativa das regiões Norte e Nordeste apresentarem médias significativamente mais baixas? Ou ainda, será que as regiões semelhantes têm fatores também comuns que também expliquem a educação financeira? Portanto, buscando observar mais detalhadamente, foram feitas duas regressões com os dados e elencados os dados mais relevantes a partir dessa perspectiva. Os resultados dos modelos de regressão para 2017 e 2020 estão nas Tabelas 5 e 6, respectivamente.

Tabela 5 - Resultados do modelo de regressão linear para a variável resposta educação financeira de 2017

	Coefficientes	P-valor	R-quadrado ajustado
Constante	-6,247	4,284%	0,911
Índice de Inclusão Financeira (2017)	0,338	0,001%	
População com nível superior completo (2020)	1,315	0,001%	
Matrículas no ensino fundamental - matrículas (2021)	2,944E-06	0,124%	

Fonte: produzido pela autora (2024)

Conforme resultados da Tabela 5, 91,15% da variação da educação financeira dos estados em 2017 pode ser explicada pelo índice de inclusão financeira de 2017, pela população com nível superior completo em cada estado e pelo número de matrículas no ensino fundamental. Os dados relativos à educação nos permitem concluir que estão diretamente ligados não só à educação como um todo, mas principalmente à educação financeira.

De acordo com Guzzo e Euzébios Filho (2005), o grau educacional, bem como a não defasagem educacional são fatores determinantes para que se tenha melhores condições e conhecimento para lidar com as condições econômicas e sociais, enfatizando ainda que a evasão e a defasagem escolar estejam associadas a necessidade de complementação da renda familiar. O que explica a relação entre a I.I.F., a população com nível superior completo e o número de matrículas no ensino fundamental.

Tabela 6 - Resultados do modelo de regressão linear para a variável resposta educação financeira de 2020

	Coefficientes	P-valor	R-quadrado ajustado
Intersecção	-8,330	4,140%	0,870
População com nível superior completo (2020)	1,640	0,000%	
Índice de Inclusão Financeira (2020)	0,230	0,140%	
Despesas empenhadas - R\$ (×1000) [2017]	1,200E-07	0,010%	

Fonte: produzido pela autora (2024)

Conforme a Tabela 6, 87,42% da variação da educação financeira dos estados pode ser explicada pelo índice de inclusão financeira de 2020, pela população com nível superior completo em cada estado e pelas despesas empenhadas. Os dados relativos à educação financeira nos permitem concluir que o modelo não apenas indica a importância da educação superior, como também nos permite inferir que indica a importância dos investimentos governamentais nos índices futuros, sendo então um resultado um pouco diferente de 2017, por não ter apenas foco na educação diretamente, mas indicar também a importância dos investimentos anteriores. As despesas empenhadas, portanto, são importantes para explicar a educação financeira, uma vez que influenciam na melhoria dos índices gerais, principalmente na educação, conforme Finger *et al.* (2017).

Em suma, os testes aplicados revelaram que a disponibilidade de recursos financeiros pelo governo em prol da população de cada estado, o percentual de concluintes de nível superior educacional, a inclusão financeira, foram fatores relevantes para explicar a educação e as peculiaridades que o compõem com relevância superior aceitável. Estados com maiores índices de desenvolvimento humano tendem a apresentar uma população mais informada sobre questões financeiras. Conforme explicitado por Prearo *et al.* (2014), os parâmetros que medem o progresso de uma população são: renda, saúde e educação, assim representando uma vida longa, o acesso à educação e o padrão de vida de uma população que pode ser explicado pela inclusão financeira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os resultados obtidos, as ínfimas mudanças no índice de educação financeira ao longo dos anos, assim como dos fatores que a compõem, fica evidente a constância do problema existente educacionalmente falando. O que nos leva a pensar que é primordial para sociedade brasileira que haja investimentos nessa área, ensino financeiro nas escolas e no ensino superior dada a relação direta entre a presença de pessoas estudando e a educação financeira, faz-se clara a excelente oportunidade de investir nesse espaço.

Outro ponto a ser considerado, refere-se à disparidade entre as regiões. Os dados presentes apontam claramente que as regiões Norte e Nordeste estão muito distantes do nível de educação financeira das outras regiões e isso está relacionado ao endividamento da população de cada estado e nas despesas empenhadas pelos governos de cada região, por exemplo. Contudo, é necessário questionar como esses resultados podem ser melhorados ao longo dos anos caso haja investimentos adequados.

Além disso, existem outras inúmeras medidas que foram aplicadas ao longo dos anos na educação dessas regiões e já provocaram efeitos relevantes em pouco tempo. Conforme foi constatado pelo Ideb (2021), impulsionado por investimentos constantes, a região Nordeste foi a região do Brasil que mais cresceu educacionalmente comparada a 2017.

Este estudo, portanto, proporcionou uma visão abrangente dos fatores que influenciam a educação financeira nos estados brasileiros. Explicando os índices de educação financeira por parâmetros como o endividamento, a inclusão financeira, a porcentagem de pessoas que cursam ensino superior, os investimentos e receitas ofertadas a cada estado e região.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, F. C.; CALIFE, F. E. São Paulo, 2014 **A história não contada da Educação Financeira no Brasil**. Disponível em: <https://www.boavistaservicos.com.br/wp-content/uploads/2014/08/A-historia-nao-contada-da-educacao-financeira-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2023.
- ARRUDA, R. C. de. **Comportamento espectral das fitofisionomias do cerrado na estação ecológica do jardim botânico de Brasília - DF**. Faculdade de Tecnologia, Departamento de Engenharia Florestal, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/21909/1/2018_RodrigoCardosoDeArruda_tcc.pdf. Acesso em: 26 ago. 2023.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Cidadania Financeira 2021**. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio_de_Cidadania_Financeira_2021.pdf. Acesso em: 01 jun. 2023.
- BASSIL, R. L. **A importância da educação financeira**. OAB, Paraná, 2018. Disponível em: <http://www.oabprev-pr.org.br/noticias-detail.php?id=750&tit=artigo-a-importanciadaeducacao-financeira>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- BENTO, M. A. da S.; COELHO, W. de N. B.; COELHO, M. C.; FERNANDES, D. M. P. **A educação na região Norte: apontamentos iniciais Universidade Federal do Pará**. Pará, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/download/1302/1703> Acesso em: 01 fev. 2024
- BRASIL [Consolidação das leis do trabalho (1943)] Brasília, DF: Presidência da República, mai. 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm#:~:text=Art.%206%C2%BA%20%2D%20N%C3%A3o%20se%20distingue%20caracterizada%20a%20rela%C3%A7%C3%A3o%20de%20emprego. Acesso em: 16 ago. 2023.
- BRAUNSTEIN, S.; WELCH, C. **Financial literacy: An overview of practice, research, and policy**. Federal Reserve Bulletin, Estados Unidos, p. 445-457, 2002. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/pubs/bulletin/2002/1102lead.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2023.
- CASTRO E SOUZA, P. A. **Tamanho de Amostra e Poder para três testes Não-Paramétricos**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, jul. 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/60379/000862429.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 ago. 2023.
- COATES, K. **Educação Financeira: Questões e desafios para a América Latina**. OCDE, Conferência Internacional, Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.oecd.org/finance/financial-education/44264471.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

DONADIO, R. **Educação financeira de estudantes universitários: uma análise dos fatores de influência**. Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/999>. Acesso em: 21 ago. 2023.

FINGER, E. *et al.* **Relação entre despesas com educação, desempenho escolar e o IDH**. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/49861>. Acesso em: 01 fev. 2024

FREITAS, I. H. de. **Educação financeira: fatores de influência do conhecimento dos estudantes de administração, ciências contábeis e economia na UFPB**. João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16924/1/IHF02032020.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2023.

GORLA, M. C. *et al.* **Determinantes da educação financeira de estudantes de nível médio da rede pública de ensino**. Faculdade Getúlio Vargas, Escola de Administração do Estado de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18895>. Acesso em: 22 jun. 2023.

GUZZO, R. S. L.; EUZÉBIOS FILHO, A. **Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora**. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005. Acesso em: 01 fev. 2024

HARZER, J. H. *et al.* Influência do nível de estudo e do gênero na aversão ao risco e à perda de acordo com a teoria dos prospectos. **Sistemas & Gestão**, 2017, [S. l.], v. 11, n. 4, p. 355–366. DOI: 10.20985/1980-5160.2016.v11n4.625. Disponível em: <https://www.revistasg.uff.br/sg/article/view/625>. Acesso em: 05 ago. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Área Territorial: Área territorial brasileira 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023 Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/> Acesso em: 27 out. 2023

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População residente: Censo 2022: População e Domicílios - Primeiros Resultados** Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/> Acesso em: 27 out. 2023

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Rendimento mensal domiciliar per capita: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - 2020** Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio_de_Cidadania_Financeira_2021.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Matrículas no ensino fundamental: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS**

E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2018. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar> Acesso em: 28 out. 2023

KURODA, L. S. **Relação entre desemprego e tecnologia no Brasil a partir do plano real.** Porto Velho, 2008. Disponível em: <http://www.decon.unir.br/wp-content/uploads/2016/05/Rela%C3%A7%C3%A3o-entre-desemprego-e-tecnologia-noBrasil-a-partir-do-Plano-Real-Let%C3%ADcia-Sat%C3%B4mi-Kuroda.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2023.

LEAL, S. C.; SANTOS, D. V. dos.; COSTA, P. de S. Educação financeira: perfil de educação financeira dos discentes de graduação e pós graduação de instituições de ensino superior brasileiras. **XVII Congresso USP de iniciação científica em contabilidade**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://congress USP.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2743.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2023.

LUSARDI, A. **Financial Literacy: An Essential Tool for Informed Consumer Choice?** CFS Working Paper, n. 2008/19, Goethe University Frankfurt, Center for Financial Studies (CFS), Frankfurt, Alemanha, 2008. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/25554/1/577553798.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.

MACEDO J., SELL J. **Teoria do prospecto: uma investigação utilizando simulação de investimentos.** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/85921> Acesso em: 22 ago. 23

NOVOA, V. G. **Análise da educação financeira dos graduandos de uma universidade pública.** Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/60221>. Acesso em: 21 ago. 2023.

NUNES, B. F. **Mapas de precificação de ativos no mercado de capitais: uma análise do poder prescritivo da *behavioral finance*.** Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/14893>. Acesso em: 22 jun. 2023.

OCDE. Centro OCDE/CVM de Educação e alfabetização financeira para América Latina e Caribe. **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira.** Brasil, 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/%5BPT%5D%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2023.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **PISA 2015: Results in Focus**, Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.oecd.org/pisa/pisa-2015-results-in-focus.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

OLIVEIRA, K. N. de; MARINHO, M. S.; LIMA, E. M. Fatores que influenciam o desempenho dos Alunos na Olimpíada de Educação. **XVII Congresso USP de iniciação**

científica em contabilidade, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2525.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2023.

OLIVIERI, M. F. A. Educação Financeira. **Revista ENIAC Pesquisa**, v. 2, n. 1, p. 43-51, 2013. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/59089/educacao-financeira>. Acesso em: 9 jun. 2023.

PONTES, A. C. F. **Obtenção dos níveis de significância para os testes de Kruskal-Wallis, Friedman e comparações múltiplas não-paramétricas**. Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2000. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11134/tde-15032002-093020/publico/Antonio.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2023.

PREARO, L. C.; MARACCINI, M. C.; ROMEIRO, M. do C. **Fatores determinantes do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios do Estado de São Paulo**. Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/viewFile/2960/2615>. Acesso em: 01 fev. 2024

RODRIGUES, L. de O.; ARAÚJO, J. A.; GUEDES, J. P. M.; SILVA, M. M. da C. **Mensuração da desigualdade educacional entre os municípios nordestinos**. **Revista De Economia Contemporânea**. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198055272114>. Acesso em: 01 fev. 2024.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, n. 41. São Paulo, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122007000600006>. Acesso em: 02 jun. 2023.

SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL, Brasil. **Receitas realizadas: Contas anuais. Receitas orçamentárias realizadas (Anexo I-C) 2017 e Despesas orçamentárias empenhadas (Anexo I-D) 2017. Siconfi: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf. Acesso em: 12 dez. 2023

TAKII, K.; TANAKA, R. Does the diversity of human capital increase GDP? A comparison of education systems. **Journal of Public Economics**, v. 93, p.7-8. Osaka University, Graduate School of Economics, 2009. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/osk/wpaper/0619.html>. Acesso em: 10 jun. 2023.

VIEIRA, S. F. A.; BATAGLIA, R. T. M.; SEREIA, V. J. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do Norte do Paraná. **Revista de Administração da Unimep**, v. 9, n. 3, p. 61-86, 2011. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/4393/educacao-financeira-edecisoesda-consumo--inve--->. Acesso em: 03 jun. 2023.

VIEIRA, K. M.; JUNIOR, F. J. M.; POTRICH, A. C. G. **Indicador de educação financeira: proposição de um instrumento a partir da teoria da resposta ao item***. Universidade

Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/jpbGbNLJfVHBppfvQmVfH9R/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

XAVIER, B. Ribeiro. *et al.* Educação financeira: Influência dos fatores demográficos e socioeconômicos na atitude e comportamento financeiro de estudantes do ensino médio. **Revista Estudos e Pesquisas em Administração**, [S. l.], v. 5, n. 2, 2021. DOI: 10.30781/repad.v5i2.11649. Disponível em:
<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/repad/article/view/11649>. Acesso em: 21 ago. 2023.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS
ANÍSIO TEIXEIRA. **Nota Informativa do IDEB 2021** Disponível em:
<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados> Acesso em: 15 jan. 2024

CRONOGRAMA

Quadro 2- Cronograma do Trabalho de Conclusão

ATIVIDADES	OUT 2023				NOV 2023				DEZ 2023				JAN 2024				FEV 2024				
	1/10 7/10	8/10 14/10	15/10 21/10	22/10 28/10	29/10 4/11	5/11 11/11	12/11 18/11	19/11 25/11	26/11 2/12	3/12 9/12	10/12 16/12	17/12 23/12	24/12 30/12	31/12 6/1	7/1 13/1	14/1 20/1	21/1 27/1	28/1 3/2	4/2 10/2	11/2 17/2	18/2 24/2
Entrega do Projeto para orientadora	X	X																			
Revisão e possíveis correções		X																			
Organização dos dados a serem utilizados nos testes			X																		
Aplicação do 1º teste pré-definido (Kruskal-Wallis)			X																		
Análise e discussão dos resultados				X																	
Aplicação do 2º teste e escolha Hoc					X																
Análise e discussão dos resultados					X																
Revisão e possíveis correções						X															
Embasamento teórico específico e levantamento de dados						X															
Aplicação de Correlação e análise						X															
Análise e discussão dos resultados preliminares							X														
Revisão e possíveis correções								X													
Aplicação de Regressão Linear								X													
Análise e discussão dos resultados preliminares									X												
Estimação do Modelo, P-valor das variáveis explicativas e R-quadrado									X												
Diagnóstico do Modelo										X											
Construção dos Resultados										X	X										
Revisão e possíveis correções											X										
Considerações Finais												X									
Ajustes do TCC													X								
Revisão Final														X	X						
Entrega do TCC																X	X	X			
Apresentação do TCC																			X	X	X

Fonte: produzido pela autora (2023)